

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**AS REFORMAS ESTRUTURAIS DO PLANO
TRIENAL E DO PAEG: UMA VISÃO
COMPARATIVA**

BIANCA FERNANDES AROUCA DE CASTRO

Matrícula n° 113065866

ORIENTADOR: Professor Eduardo Figueiredo Bastian

ABRIL 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**AS REFORMAS ESTRUTURAIS DO PLANO
TRIENAL E DO PAEG: UMA VISÃO
COMPARATIVA**

BIANCA FERNANDES AROUCA DE CASTRO

Matrícula n° 113065866

ORIENTADOR: Professor Eduardo Figueiredo Bastian

ABRIL 2019

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora.

SUMÁRIO

RESUMO	6
INTRODUÇÃO	7
1. CAPÍTULO 1 - PLANO TRIENAL	10
1.1 Contexto Histórico e Econômico	10
1.2 Reformas do Trienal.....	13
1.2.1 Reformas Administrativas.....	14
1.2.2 Reforma Bancária.....	14
1.2.3 Reformas Fiscais	15
1.2.4 Reforma Agrária e desenvolvimento das atividades agrícolas	16
1.2.5 Desenvolvimento das atividades industriais.....	16
1.2.6 Pesquisa de recursos minerais	18
1.2.7 Infraestrutura	19
1.2.8 Educação	23
1.2.9 Saúde	24
1.3 Crise do final do governo Jango e resultados.....	25
2. CAPÍTULO - PAEG	27
2.1 Contexto Histórico e Econômico	27
2.2 Reformas do PAEG.....	28
2.2.1 Reforma Bancária.....	28
2.2.2 Reforma Fiscal	29
2.2.3 Setor Agrícola	30
2.2.4 Setor Industrial	32
2.2.5 Recursos Naturais.....	33
2.2.6 Infra estrutura	35
2.2.7 Educação	38
2.2.8 Saúde	39
2.3 Resultados	40
3. CAPÍTULO 3 - ANÁLISE	41
3.1 Reforma Bancária.....	41
3.2 Reforma Fiscal	41
3.3 Setor Agrícola	42
3.4 Setor Industrial	43
3.5 Recursos Minerais.....	43
3.6 Infraestrutura - Energia Elétrica.....	44

3.7 Infraestrutura - Petróleo	46
3.8 Infraestrutura - Carvão	47
3.9 Infraestrutura - Transporte e comunicações	48
3.10 Educação	50
3.11 Saúde	51
3.12 Resultados	52
4. CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi analisar, à luz do contexto social, político e econômico do Brasil do início da década de 1960, época de profunda transformação sócio econômica e de grande turbulência política, as propostas embutidas no Plano Trienal do Governo João Goulart, que abrangia os anos de 1961 a 1963, e o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), gestado já na vigência do Regime Militar instaurado em 1964, e que abrangia os anos de 1964 a 1967.

A Introdução deste trabalho trata exatamente da contextualização histórica e econômica, que começa com o legado do surto de industrialização (e espiral inflacionária) herdados dos chamados Anos JK (Governo Juscelino Kubitschek).

O Capítulo 1 analisa as propostas contidas no Plano Trienal, a partir do texto emitido pelo governo da época, elencando os principais objetivos a serem alcançados e as reformas que se considerava necessárias para alcançá-las, bem como os recursos (e formas de financiamento) a serem aplicados na sua execução.

Da mesma forma, o Capítulo 2 discorre sobre as metas e perspectivas do PAEG, mais uma vez com o apoio do documento oficial da época, os meios para atingi-los (reformas) e o orçamento disponível.

Por fim, o Capítulo 3 compara cada reforma proposta nos planos, buscando similaridades e diferenças, levando à análise dos resultados obtidos por cada um.

Ao se comparar os resultados obtidos pelo PAEG com aqueles que poderiam vir a ser obtidos com a implantação integral do Plano Trienal, observamos que ambos falharam em entregar o controle inflacionário e o crescimento econômico imaginado por seus criadores, no que tange a objetivos de curto prazo.

Porém, se o PAEG não conseguiu instaurar um cenário de crescimento econômico e controle inflacionário eficiente, as reformas realizadas por este influenciaram o cenário econômico brasileiro por várias décadas, com reflexos até os dias atuais, como a criação do Banco Central e a reestruturação do sistema tributário nacional.

INTRODUÇÃO

O final da década de 50 do Século XX é um período marcado por um processo de acelerada industrialização, dirigido pelo governo de Juscelino Kubitschek, que proporcionou grande crescimento econômico na época. Em contrapartida, o governo precisou de excessivo financiamento para realizar os altos níveis de investimento público necessários, contraindo diversos empréstimos com instituições nacionais e estrangeiras, aumentando o gasto público e expandindo os meios de pagamento. Assim, quando Jânio Quadros assume o governo em 1961, encontra um cenário de inflação acelerada e desequilíbrios no balanço de pagamentos. Ele busca implementar planos de estabilização, porém, com a execução de medidas ortodoxas no contexto econômico doméstico e a adoção da política externa independente no contexto internacional, o descontentamento da população com o governo cresce. A situação culmina com renúncia de Jânio no mesmo ano.

De acordo com a constituição brasileira vigente na época, quem assumiria o governo seria o vice-presidente, João Goulart (Jango). Entretanto, diversas partes mais conservadoras da sociedade brasileira estavam hesitantes em ter Jango como presidente por este ser considerado defensor de movimentos sociais e sindicais. É acordado então que Jango poderia assumir o cargo de presidente, porém o Brasil passaria a ser uma república parlamentarista, ou seja, Jango não assumiria com usual autoridade que presidentes dispunham. Foi programado um plebiscito para o final do mandato de Jango, em 1965, para que a população brasileira escolhesse se o país continuaria no sistema parlamentarista ou se voltaria ao presidencialismo.

Essa conturbação política influenciou no aumento de conturbação econômica, com o começo da década de 60 sendo marcada pela deterioração das contas públicas, aceleração das taxas de inflação, baixas taxas de crescimento econômico e dificuldades no balanço de pagamentos, fatores que limitam a autonomia do governo. Os primeiros-ministros eleitos Tancredo Neves e, posteriormente, Francisco Brochado da Rocha e Hermes Lima, buscam estabilizar o cenário econômico, porém sem sucesso. Enquanto isso, através de pressões políticas, o plebiscito sobre o parlamentarismo é adiantado para janeiro de 1963.

É interessante notar que apesar da pouca diferença temporal, com o PAEG sendo publicado menos de dois anos depois do Trienal, os dois Planos foram elaborados em contextos políticos completamente diferentes. Enquanto que o Trienal tinha a necessidade de satisfazer diversos setores da sociedade e estava aberto a críticas e pressões populares, o PAEG dispunha de liberdade política-econômica para implementar medidas impopulares, limitando liberdades individuais da população. Além disso, as reformas propostas pelo Trienal estavam sujeitas à aprovação do Congresso Nacional, ao passo que o PAEG podia se utilizar de medidas autoritárias para implementar suas reformas.

Apesar dessa diferença de contexto político, da oposição de ideologias dos dois governos e da diferença de resultados que os planos obtiveram, há autores que apontam para o fato de que ambos os planos apresentam diversas similaridades. De acordo com Resende (1982, p.775):

“Pode-se dizer, portanto, que o PAEG era um programa com diagnóstico e estratégia de combate à inflação bastante heterodoxos e, na realidade, muito semelhantes aos encontrados no Plano Trienal de Celso Furtado”.

Outros autores como Sochaczewski (1983) e Bastian (2013) destacam que apesar das diferenças serem relevantes, os planos apresentavam mais similaridades do que diferenças. Sochaczewski (1983, p.219) afirma que:

“Este novo plano trienal [PAEG] é quase uma colagem do anterior, apresentando, no entanto, pequenas sutilezas que faziam toda a diferença”.

De acordo com Bastian (2013), os motivos que explicariam o motivo do Trienal ter fracassado e do PAEG ter obtidos resultados melhores, foram “a tumultuada conjuntura interna e a combinação de medidas de inflação corretiva sem regras de contenção salarial”, além da pouca ajuda externa recebida pelo governo de João Goulart. Enquanto isso, o PAEG estabeleceu uma política salarial restritiva de maneira autoritária e foi mais beneficiado no cenário externo com concessão de empréstimos e reescalonamento de dívidas.

Outro aspecto importante a mencionar é que o PAEG realizou diversas reformas institucionais que reestruturaram o setor público brasileiro e reorganizaram a relação do Estado com agentes privados. Inclusive diversas dessas reformas ainda estão presentes até o dia de hoje na estrutura econômica brasileira, como a reforma do sistema tributário e a criação do Banco Central.

Além disso, há certo consenso de que as políticas e reformas do PAEG criaram as condições para a retomada do crescimento da economia brasileira. Tais políticas e reformas, como a monetária e a fiscal, possibilitaram ao governo adquirir uma grande quantidade de recursos para o financiamento do Estado, e combinado com a força autoritária do regime e a capacidade ociosa herdada do governo JK, permitiram que o país entrasse no governo seguinte no chamado “*milagre econômico*”.

Diante desse contexto surge a pergunta: quais as diferenças entre as reformas institucionais apresentadas pelo Plano Trienal e pelo PAEG?

1. CAPÍTULO 1 - PLANO TRIENAL

1.1 Contexto Histórico e Econômico

O final da década de 1950 do Século XX é um período marcado por um processo de acelerada industrialização, dirigido pelo governo de Juscelino Kubitschek, que proporcionou grande crescimento econômico na época. Em contrapartida, o governo precisou de excessivo financiamento para realizar os altos níveis de investimento público necessários, contraindo diversos empréstimos com instituições nacionais e estrangeiras, aumentando o gasto público e expandindo os meios de pagamento. Além disso, prevaleceu um cenário externo adverso diante da baixa do preço internacional do café (Giambiagi, et al., 2011 p. 34), principal mercadoria de exportação no Brasil na época. Abaixo é dada uma tabela que sumariza alguns dos principais dados econômicos durante os anos do governo JK.

Tabela I - Principais dados econômicos durante os anos do governo JK

Ano	Balança de Pagamentos ¹ (Milhões US\$)	Dívida externa ² (Bilhões US\$)	PIB ³ %	Inflação ⁴ (IGP-DI) % a.a.
1956	-14	2,73	2,9	24,55
1957	-171	2,49	7,7	6,96
1958	-189	2,87	10,8	24,39
1959	-25	3,16	9,8	39,43
1960	-410	3,73	9,4	30,47

Fonte: ¹IBGE, ^{2,4}IpeaData, ³Fundação Getúlio Vargas.

Assim, quando Jânio Quadros assume o governo em 1961, encontra um cenário de inflação acelerada (com taxa em torno de 30% no ano anterior), desequilíbrios no balanço de pagamentos e uma dívida externa de US\$ 3,7 bilhões, dos quais US\$ 2 bilhões deveriam ser quitados em seu governo (Melo, et al., 2006 p. 81).

Nos sete meses seguintes, Jânio, com o objetivo de obter novos empréstimos, principalmente no exterior, buscou atender as exigências professadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e aplicou uma política de estabilização prevendo, entre outros tópicos, forte desvalorização cambial, unificação do mercado de câmbio (com a extinção do sistema de taxas múltiplas), contenção do gasto público e o súbito corte aos subsídios para as importações de trigo e o petróleo. Porém, o descontentamento da

população com o governo foi crescendo com a execução dessas medidas ortodoxas. Por sua vez, a adoção da política externa independente no contexto internacional causou a insatisfação das elites políticas brasileiras. A situação culmina com a surpreendente renúncia de Jânio no dia 25 de agosto de 1961.

De acordo com a constituição brasileira vigente na época, quem assumiria o governo seria o vice-presidente, João Goulart (Jango). Entretanto, diversas partes mais conservadoras da sociedade brasileira estavam hesitantes em ter Jango como presidente por este ser considerado defensor de movimentos sociais e sindicais. É acordado então que Jango poderia assumir o cargo de presidente, porém o Brasil passaria a ser uma república parlamentarista, ou seja, Jango não assumiria com usual autoridade que presidentes dispunham. Foi programado um plebiscito para o final do mandato de Jango, em 1965, para que a população brasileira escolhesse se o país continuaria no sistema parlamentarista ou se voltaria ao presidencialismo.

A renúncia de Jânio e a crise política que se sucedeu levou a uma desvalorização cambial, tendo impacto negativo na inflação. Conforme mostrado na Tabela 2, o IGP-DI na passagem de julho para agosto de 1961 (mês da renúncia) deu um saldo de 1,49% para 5,23%. Além da alta inflação, Jango herdou problemas na balança de pagamentos (estando essa deficitária em US\$ 410 milhões) e, também, uma dívida externa que amontoava US\$ 3,4 bilhões, onde as primeiras parcelas venciam nos primeiros meses de 1962 (Melo, et al., 2006 p. 88).

Tabela II - Inflação mensal para o ano de 1961

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Inflação (IGP-DI) % a.m.	1,92	0,35	2,11	4,93	1,42	1,51	1,49	5,23	4,17	8,3	4,85	3,7

Fonte: IpeaData.

Apesar dessas adversidades, ao final do ano de 1961, como consequência de um plano de governo, intitulado “Ação de emergência” preparado pelo seu então ministro da fazenda, Moreira Salles, houve um bom desempenho na balança comercial levando as contas externas no país a terem um superávit de US\$ 115 milhões, além de que houve um crescimento de 8,6% do PIB, conforme pode ser visto na tabela 3.

Nos primeiros meses de 1962, o governo Goulart, tendo Tancredo Neves como Primeiro-Ministro, estava passando por mais problemas, pois além de não ter conseguido negociar com os EUA a dívida externa e a regulamentação do capital estrangeiro na economia brasileira, as ações de emergência impostas por seu ministro da fazenda pareciam não estar dando resultado. Com isso, o governo, anunciou em março de 1962 um novo programa de estabilização, que se caracterizava por um forte corte de despesas, visando reduzir o déficit orçamentário para Cr\$ 150 bilhões, devendo suas fontes de financiamento ser não inflacionárias. O ano de 1962 foi se dando com os seguintes acontecimentos: crescimento da mobilização popular ansiosa por uma reforma agrária; surgimento de uma luta política envolvendo o governo, partidos aliados e partidos de oposição devido ao fato de Jango ter se comprometido em realizar tal reforma; renúncias consecutivas de gabinetes ministeriais; abandono da política de estabilização; e antecipação para 6 de janeiro de 1963, o plebiscito que decidiria entre a manutenção do parlamentarismo ou o retorno ao presidencialismo.

Nesse contexto, Celso Furtado elabora, entre final de 1962 e janeiro de 1963, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, a pedido de Jango, para apresentar à população e implementar caso fosse aceita a volta ao presidencialismo, isto é, caso Goulart assumisse plenos poderes presidenciais. O plano tinha o objetivo de estabilizar a economia e controlar a inflação, além de propor reformas institucionais que modificassem a estrutura econômica brasileira e propiciassem a superação do subdesenvolvimento.

Tabela III - Principais dados econômicos de 1960 a 1967.

Ano	Balança de Pagamentos ¹ (Milhões US\$)	Dívida externa ² (Bilhões US\$)	PIB ³ %	Inflação ⁴ (IGP-DI) % a.a.
1960	-410	3,74	9,4	30,47
1961	115	3,29	8,6	47,78
1962	-346	3,53	6,6	51,6
1963	-244	3,61	0,6	79,92
1964	4	3,29	3,4	92,12
1965	331	3,82	2,4	34,94
1966	-153	3,77	6,7	39,12
1967	245	3,44	4,2	25,01

Fonte: ¹IBGE, ^{2,4}IpeaData, ³Fundação Getúlio Vargas.

Conforme pode ser visto na tabela 3, o ano de 1962 se encerrou com contas externas tendo um déficit de US\$ 346 milhões, uma inflação anual de 51,6% e um crescimento econômico de 6,6%, inferior ao do ano anterior. O plebiscito, realizado no início do ano de 1963, teve como resultado a rejeição definitiva do regime parlamentarista (80% dos votos válidos) em detrimento do presidencialista. Desse modo, o presidente Jango, entre outras medidas, adotou como diretriz para política econômica o Plano Trienal.

1.2 Reformas do Trienal

Diante de um quadro de desestabilidade econômica ao final de 1962, retratado por crescentes taxas de inflação, baixo crescimento e dificuldade nas contas externas, havia bastante pressa na busca por uma solução de curto prazo. Desse modo, de acordo com Bastian (2013), políticas de estabilização de curto prazo fariam parte de uma primeira etapa do Plano Trienal. Ainda, segundo o autor, tais políticas, que deveriam ser bem-sucedidas para que reformas estruturais de efeitos com caráter de médio/longo prazo pudessem ser aplicadas em uma segunda etapa, tinham o objetivo de:

- a) Obter taxas de crescimento da renda nacional da ordem de 7%;
- b) Aplicar uma estratégia gradual de combate à inflação;
- c) Promover salários reais crescentes;
- d) Realizar um refinanciamento da dívida externa.

O objetivo deste capítulo, portanto, é apresentar uma resenha das principais reformas institucionais propostas pelo Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965). Para isso, o principal instrumento será o texto do programa elaborado por Celso Furtado, divulgado pela Presidência da República. As principais razões que o plano apresentava para ser necessário realizar reformas institucionais eram: proporcionar maior crescimento do PIB; permitir um desenvolvimento econômico estável, detendo a inflação; e diluir a desigualdade de renda, tanto entre classes como entre as regiões do país.

Assim, serão analisadas as reformas administrativas e bancárias, que possuíam o intuito de reorganizar a ação do governo, bem como as reformas fiscal, tributária e agrária,

que tinham como propósito tornar mais eficiente a utilização dos fatores de produção. Também será estudado como estavam delineados o desenvolvimento das atividades industriais e das pesquisas de recursos minerais, além de como se planejava realizar os investimentos infraestruturais, englobando transporte, comunicações, energia elétrica, petróleo e carvão mineral. Por fim, será abordado o que o plano propunha nas áreas de educação e saúde.

1.2.1 Reformas Administrativas

O objetivo destas reformas, de acordo com o plano, era aumentar a eficiência dos órgãos governamentais administrativos e executivos. Para atingi-lo, foi criado o Ministério do Planejamento que tinha como objetivo centralizar e orientar o plano de desenvolvimento aplicado na economia. Assim cada órgão ministerial delinearía seus próprios planos sempre de acordo com a política geral do governo. Também seriam criados órgãos regionais de desenvolvimento subordinados diretamente ao ministério do planejamento, cujo planos deveriam ser apresentados em conjunto e integralizados ao plano geral.

Outras medidas incluíam a integração de todos os órgãos relacionados com o setor de abastecimento, a diminuição do número de órgãos ligados diretamente à presidência e suas posteriores vinculações ao novo ministério, descentralização do setor de saúde transferindo funções pertencentes ao governo federal para os estados e municípios, reestruturação dos órgão da fazenda com objetivo de aumentar sua eficiência e reduzir a evasão fiscal, e reforma nos Ministérios da Educação, Viação e Obras Públicas, além da criação de um Ministério de Comunicações.

1.2.2 Reforma Bancária

Esta reforma se refere a mudanças estruturais nas diferentes instituições financeiras que compõem o sistema bancário, como os bancos rurais, comerciais, o banco central e outras instituições privadas, já que várias delas apresentam legislações antiquadas ou pouco eficientes no seu propósito.

Os objetivos explicitados no plano são proporcionar uma maior especialização das instituições financeiras privadas, especificar a responsabilidade dos administradores destas, e definir melhor os poderes e atribuições das autoridades monetárias. Sobre este último, pretendia-se a expansão da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC),

de modo a complementar suas atribuições e funções para ser a principal encarregada da execução da política monetária do governo, cargo que, até então, era dividido com o Banco do Brasil, que, por sua vez, na época, acabava realizando atividades de banco comercial e banco central ao mesmo tempo (atividades estas que não eram sempre compatíveis umas com as outras).

O intuito dessa ampliação da SUMOC era preparar o terreno para a criação do banco central. Assim, a SUMOC ficaria com as funções de emissão de papel-moeda, assistência financeira ao sistema bancário, custódia dos depósitos dos bancos, fiscalização das operações dos estabelecimentos bancários, supervisão do mercado cambial e custódia das reservas monetárias internacionais oficiais. Ainda assim, era previsto no plano, a manutenção das contas do Tesouro Nacional com o Banco do Brasil, com a intenção de facilitar seus pagamentos e recebimentos.

O Plano Trienal também elenca necessidade da criação de um Conselho Nacional de Crédito Rural, com a finalidade de instaurar normas gerais de política de crédito rural e acompanhar sua execução.

O plano dá atenção à necessidade de crescimento de um mercado de capitais para impulsionar o desenvolvimento da economia, com ênfase em gerar um clima de confiança nas instituições financeiras, e nisso naturalmente incluem-se as privadas.

1.2.3 Reformas Fiscais

De forma resumida, a reforma tributária proposta tem por objetivos principais: a redistribuição da carga fiscal, elevando o nível de carga tributária; a realização de uma distribuição mais equitativa dos tributos, de modo a eliminar distorções que permitiam que um grupo fosse sobrecarregado enquanto outro desfrutasse de privilégios; e a utilização do tributo como instrumento de política de desenvolvimento econômico, como, por exemplo, para estimular o investimento em determinados setores e desencorajar a aplicação em outros, além de conter o consumo de bens supérfluos e premiar a poupança.

Contudo, o Plano faz questão de notar que a eficiência que se ganharia na arrecadação estaria em cheque sem uma adequada aplicação dos recursos públicos. Isto posto, seria necessário, além da reforma tributária, uma reforma orçamentária, para alterar as normas legais relativas à elaboração, aprovação, execução e controle orçamentário.

1.2.4 Reforma Agrária e desenvolvimento das atividades agrícolas

Um dos pontos mais controversos do governo Jango, em um país com uma forte elite latifundiária agroexportadora, foi a reforma agrária. Até então a Constituição da época previa a possibilidade de desapropriação da terra por interesse social, mas determinava que fosse realizada justa indenização em dinheiro. Além disso, era previsto o usucapião somente para terras de até 25 hectares que fossem ocupadas ininterruptamente por 10 anos.

Por sua vez, a reforma proposta defendia, no que diz respeito ao trabalhador rural, medidas tais como: que este que ocupasse, sem contestação, terras virgens por um ciclo agrícola inteiro, não precisasse ser obrigado a pagar renda sobre tal terra, de modo a evitar a prática de grilagem; que este que trabalhasse na mesma propriedade por um período maior ou igual a dois anos não pudesse ser privado de terras para cultivar ou de trabalho sem justa indenização; e, por fim, que este que obtivesse da terra que trabalhasse rendimentos igual ou inferiores a um salário mínimo não necessitasse pagar renda sobre tal terra. Além disso, do ponto de vista da propriedade rural, o Plano Trienal estabelecia a premissa de que passariam a ser desapropriadas qualquer destas que fossem necessárias a produção de alimentos e cuja utilização dos fatores de produção fossem inferiores a 50%, mediante pagamento em bônus resgatáveis em prazo mínimo de 25 anos.

Com o que foi aqui exposto, a reforma agrária do Plano Trienal visava corrigir a crescente distorção de oferta e demanda de alimentos causada pela aceleração do crescimento da população urbana e o não proporcional aumento da produção, que neste caso era muito aquém do necessário. O plano não esconde que a maneira que buscava para corrigir isso era com a erradicação dos latifúndios e com o incentivo à utilização de técnicas de exploração intensiva ou semi-intensiva.

1.2.5 Desenvolvimento das atividades industriais

O setor industrial foi o que mais se expandiu em relação aos demais setores da economia na década de 1950. Isso ocorreu devido ao processo de substituição de importações dirigido pelo governo, e para atender a demanda crescente por produtos industrializados, que possuíam maior elasticidade-renda, dado o crescimento da renda da população. Assim, a participação do setor industrial no PIB passou de 21,8% em 1949 para 25,7% em 1960.

O processo de substituição de importações foi uma política idealizada por estruturalistas da CEPAL e consistia em adotar uma política que buscava utilizar seletivamente os limitados recursos externos para empreender um progressivo e gradual processo de industrialização. O objetivo disso era aumentar as condições de vida da população até os níveis existentes em países desenvolvidos. Porém, na visão do plano, isso apenas ocorreu para uma pequena parte desta, o mercado de bens de consumo de elevado valor agregado não cresceu, e assim não permitiu a existência de uma produção em economia de escala no ponto ótimo, já que não havia demanda suficiente. Como essas indústrias seriam exatamente as que seriam instituídas nas próximas fases do processo de substituição de importação, diversos autores defendiam que seria necessário realizar as reformas de base de modo a melhorar a distribuição de renda e conseqüentemente aumentar o mercado consumidor.

Celso Furtado e sua equipe quando elaboraram o Plano Trienal, porém, deixam claro que ainda acreditava-se haver muito espaço para a continuação do processo de substituição das importações, que já vinha sendo aplicada desde o pós-guerra, pois o nível de importações pelas indústrias ainda era elevado e havia recursos disponíveis no país para substituí-las. Além disso, o plano previa que poderia haver excedente de produção de manufaturados com o avanço do processo de industrialização e “a indivisibilidade dos projetos industriais” (Plano Trienal, 2011, p.396). Estes deveriam ser exportados a fim de utilizar toda a capacidade produtiva do setor e ter a oportunidade de aumentar o ingresso de divisas. Para isso, a política cambial e a política de comércio exterior deveriam viabilizar a possibilidade de exportação desses produtos manufaturados.

Nos 5 anos que antecedem o plano, a taxa média de crescimento da produção industrial progrediu a, pelo menos, 11% ao ano. Também, durante esse período, os setores que mais cresceram foram os produtores de matéria prima e equipamentos, ou seja, as indústrias de base (automobilística, material elétrico, química, mecânica, extrativa mineral). O Plano Trienal planejava que o crescimento da indústria continuasse a uma taxa média anual de 11% ao ano, para isso pretendia-se ter investimentos da mesma ordem verificada nos últimos 5 anos. Além disso, o plano enfatizava a importância do aumento da formação de pessoal técnico especializado em todos os níveis.

O governo federal planejava gastar, no total do triênio, no setor industrial, Cr\$ 210 bilhões, destes Cr\$ 100 bilhões viriam do BNDE, precisando o restante vir de empréstimos ou de reorganizações orçamentárias federais.

Os grandes focos do Plano Trienal eram os setores de siderurgia, metalurgia, indústrias químicas, indústria de bens de capital e indústria extrativa mineral (minério de ferro). O Plano Trienal não discorre sobre as indústrias de bens de consumo e de materiais de construção por acreditar que a produção destas conseguiria atender satisfatoriamente a demanda interna. O próprio planejamento interno individual das empresas já daria conta do crescimento vegetativo da demanda.

Em relação à indústria de bens de capital, era previsto que, no triênio de 63-65, os investimentos com equipamentos amontoariam Cr\$ 1.676 bilhões, a preços de 1962. Destes Cr\$ 542 bilhões seriam importados, ou seja, 21% (para efeito de comparação, em 1949 essa porcentagem era de 53% e em 1958, de 33%). Planejava-se meios de facilitar o financiamento de fabricação e de venda de bens de capital, como constituindo um fundo no valor de Cr\$ 40 bilhões (preços de 1962), visto que o sistema bancário tradicional não supria as necessidades desse setor.

Com respeito ao minério de ferro, o Brasil possui consideráveis reservas, suficientes para atender a expansão da sua indústria siderúrgica, mas também para exportar, aliviando as pressões sobre a balança de pagamentos. A responsabilidade por essas exportações ficaria principalmente a cargo da companhia Vale do Rio Doce S/A. Além disso, os recursos em cruzeiros para investimento nesse setor viriam, a princípio, de recursos próprios desta empresa e os em moeda estrangeira, seriam financiados no exterior a pedido da mesma. Isso totalizaria Cr\$ 23,7 bilhões e US\$ 107 milhões no total do triênio.

1.2.6 Pesquisa de recursos minerais

A cargo do Ministério de Planejamento, ficaria a Política Cartográfica Nacional, que era vista como fundamental ao desenvolvimento socioeconômico do país, já que o processo de industrialização demanda recursos minerais para a sua continuação e expansão, e o conhecimento da terra é fundamental para sua eficiente exploração. Dessa maneira, tal política buscava realizar uma cartografia geológica básica de todo território nacional, formulando estudos e pesquisas, mapeando os recursos minerais e averiguando suas importâncias econômicas. Para isso, tinha como objetivos a aplicação da carta topográfica na escala de 1:100.000, que serviria de documento básico para elaboração de outras cartas mais específicas, e a realização de um levantamento cartográfico de todo o

território nacional pela técnica de fotografias aéreas. Outra medida seria a reorganização dos órgãos cartográficos federais para torná-los mais eficientes, incluindo a ampliação de suas instalações e a reestruturação de seu pessoal. Para alcançar seus objetivos o plano cartográfico necessitaria de Cr\$14 bilhões de cruzeiros no período de 1963 a 1965.

O plano encarrega o Ministério de Minas e Energia a responsabilidade de aprimorar o conhecimento sobre os recursos minerais cujas reservas já se sabiam da existência e na qual dependiam grande parte da atividade econômica. Para isso prevê a alocação de Cr\$ 10,3 bilhões e USD 2,35 bilhões durante o triênio 63-65. Na execução do plano tiveram maior peso os itens minerais que mais afetavam a balança comercial do país, assim empenhar-se-ia em aumentar as exportações de minerais como ferro, manganês e tungstênio; enquanto buscar-se-ia a redução das importações de outros itens como cobre, carvão, amianto, zinco, enxofre, níquel, estanho, alumino, através do inventário de suas reservas nacionais e formas de jazimento. Além disso, pretendia-se pesquisar os recursos em água subterrânea no Nordeste que imaginava-se ser capazes de atender aos rebanhos, às pessoas, e à irrigação, melhorando a economia e as condições de vida da região.

1.2.7 Infraestrutura

1.2.7.1 *Energia elétrica*

Como existe um grande período necessário para a maturidade dos investimentos no setor de energia elétrica (investimentos estes com o objetivo de se ter um aumento da capacidade geradora e da interligação do sistema, além de melhorias e reformas das redes de transmissão e distribuição), isto é, o tempo entre planejamento inicial e começo da operação do sistema é longo, qualquer planejamento inicial do Plano Trienal não seria finalizado, uma vez que este compreende apenas três anos. Por causa disso, o texto se concentra mais nos projetos que já se encontravam em fase final de elaboração, por instituições tanto públicas como privadas. Porém, por possuir maior flexibilidade financeira, o poder público acabava ficando responsável pela quase totalidade dos investimentos, enquanto que entidades privadas não dispunham de recursos próprios ou acesso a crédito suficiente.

A indústria de energia elétrica no país começou, geralmente, com pequenas organizações de âmbito estadual, cada qual operando e distribuindo em seu próprio estado, mas conforme foram aumentando os volumes de energia demandados, a

necessidade de interligação destas foi crescendo. Assim, conforme mostrado em (Plano Trienal, 2011 pp. 263-269) na década de 60, já existiam dois grandes sistemas interestaduais, um no Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia) e outro na região Centro-Sul (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Goiás), além de vários sistemas menores e estaduais nos outros estados brasileiros. A tendência, então, era que alguns desses sistemas estaduais se interligassem aos grandes sistemas durante o triênio de 1963 a 1965. A ampliação do sistema nordeste ficaria a cargo da SUDENE, em colaboração com a CHESF, e outras entidades estaduais. Enquanto que o sistema centro-sul era controlado por empresas federais, estaduais e privadas. Em ambos os casos, tinha-se previsto a ampliação física da área de fornecimento de energia elétrica e aumento da geração de MW.

Como objetivos destacam-se: o aumento do consumo total de 18.081 MWh em 1961 para 28.740 MWh em 1965; o aumento da população estimada servida por energia elétrica de 27,6 milhões para 35,5 milhões no mesmo período; e a passagem do planejamento do âmbito estadual para o nacional. Sabe-se que os grandes centros de geração, transmissão e distribuição possuíam os recursos técnicos necessários para realizá-los, sendo preciso, então, assegurar os recursos financeiros para a execução do plano.

As fontes de recursos necessárias para financiar o andamento dos projetos seriam: os recursos previstos no Orçamento Federal; o Fundo Federal de Eletrificação e o Imposto Único sobre Energia Elétrica, que apresentavam saldos ainda não vinculados no momento; recursos da SUDENE; e recursos do BNDE. Além disso previam-se a vinda de recursos em moeda estrangeira, majoritariamente financiamentos a longo prazo juntos ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e à Agencia Internacional de Desenvolvimento (USAID). Seria possível diminuir a necessidade de importação, ou seja, gasto em moeda estrangeira, de matérias-primas nesse setor, com o progressivo desenvolvimento das indústrias mecânicas e de material elétrico nacionais, transferindo à indústria nacional os recursos que iriam para o exterior. Finalmente, os recursos federais seriam de Cr\$ 237.507 milhões, e os estaduais de Cr\$ 88.360 milhões, totalizando Cr\$ 325.867 milhões. Enquanto que os dispêndios previstos eram Cr\$ 333.000 milhões e USD 180.000 mil.

1.2.7.2 Petróleo

É consenso que o petróleo é um setor estratégico para o desenvolvimento nacional de qualquer país, no entanto, no começo da década de 60, dois terços do petróleo bruto que o país necessitava, precisava ser importado. Tal fato era prejudicial para o Brasil, visto que na época o país possuía problemas na balança comercial e seria conveniente diminuir os gastos em moeda estrangeira. Para isso, planejava-se o aumento da produção nacional a fim de se diminuir a proporção importada.

Em relação ao mercado de derivados do petróleo, o plano estimava que a demanda no país subiria de 94 milhões para 127 milhões de barris no período entre 1961 e 1965. Destes, a Petrobras previa que poderia suprir 95%, conferindo uma certa autonomia neste setor. Esse não era o caso, porém, do mercado de petróleo bruto, cuja produção, pela Petrobras, estimada em 118,1 milhões de barris no triênio, representava somente um terço das quantidades demandadas pelo Brasil, reafirmando, assim, a necessidade de importação desse insumo.

Os objetivos principais da política governamental em relação ao petróleo era, então, garantir a regularidade de fornecimento deste, demandada pela indústria nacional, e incentivar o crescimento da Petrobras, buscando aumentar a já mencionada participação da produção nacional no provimento de petróleo. Planejava-se que isto poderia ser atingido através de melhora nas técnicas de exploração, para se obter maior volume das reservas de petróleo; do aumento do nível de aproveitamento dos campos de produção; do aumento da capacidade e rentabilidade do transporte e refino de petróleo; e da instalação e ampliação de oleodutos e refinarias.

Para aumentar a produção nacional, planeja-se investir no setor de petróleo Cr\$ 230,2 bilhões no total do triênio, dos quais aproximadamente 30% teria que ser efetuado em moeda estrangeira. O governo também recomendava o reajustamento dos preços dos derivados de acordo com a inflação existentes de 1962 para 1963, a fim de não prejudicar a saúde financeira da Petrobras.

1.2.7.3 Carvão

Com relação ao que o plano previa para o carvão mineral se tem a manutenção da Comissão do Plano do Carvão Nacional, fornecendo os recursos necessários para que ela realize seus programas de trabalho. Seu propósito era realizar investimento de prospecção

e mineração do carvão, além de investimentos em transporte e produção de energia elétrica que utilizasse este minério. Estava orçado Cr\$ 6,4 bilhões no triênio 1963-1965 para os investimentos de mineração e prospecção, enquanto que os demais (transporte e produção de energia) seriam contabilizados em seus respectivos setores.

1.2.7.4 Transporte e comunicações

A importância do sistema de transporte de qualquer país cresce, necessariamente, ao passo que se intensifica seu progresso sócio econômico, já que é preciso integrar os diferentes fornecedores, indústrias, consumidores, etc. No Brasil da década de 60, a situação de tal sistema não se encontrava condizente com a realidade econômica do país, isso porque, além de haver progressos tecnológicos que não foram incorporados ao sistema de transporte brasileiro, este não acompanhou as alterações na estrutura econômica do país nem sua distribuição geográfica de aglomerados industriais e centros de consumo. Como consequência dessas alterações e do ineficaz esquema tarifário, os sistemas ferroviário e marítimo acabavam apresentando consideráveis déficits, desequilibrando o balanço orçamentário da União.

Nos últimos anos, o sistema rodoviário expandiu-se consideravelmente em comparação com os outros meios de transporte, apoiado também por um aumento do investimento público em rodovias (com mais de 50% dos gastos do Ministério da Viação e Obras Públicas lhes sendo direcionadas) e pelos incentivos a expansão da indústria automobilística. Entretanto, era objetivo do Plano Trienal que o sistema ferroviário servisse como principal meio de integração das áreas econômicas mais importantes do país, ao passo que as rodovias serviriam para melhor distribuir passageiros e cargas para as áreas menos dinâmicas do território. Em relação ao sistema hidroviário, seriam realizados investimentos nos portos buscando-se aumentar a produtividade portuária, para que não ficassem comprometidas a circulação de mercadorias no mercado interno nem no comércio exterior. Tanto para o sistema ferroviário quanto para o hidroviário, pretendia-se a atualização de suas tarifas de modo a torná-las mais realistas a fim de reverter a sua situação deficitária.

O sistema aéreo tinha a peculiaridade de ficar a cargo do Ministério da Aeronáutica, ao contrário dos anteriores que eram de responsabilidade do Ministério de Viação e Obras Públicas. Ademais, o setor havia passado recentemente por grande

revolução tecnológica, com avanços que proporcionavam melhoria na operação dos aviões. Era planejado, então, a atualização da frota aérea de acordo com esses novos progressos técnicos.

Para implementação do que aqui foi exposto, o plano programava o orçamento federal de Cr\$ 414,3 bilhões no triênio 1963-65, com a discriminação de Cr\$ 381 bilhões para o Ministério de Viação e Cr\$ 33,3 bilhões para o Ministério da Aeronáutica. Ainda se previa que os estados e municípios realizariam investimentos no valor de Cr\$ 138,8 bilhões durante o período. Para atingir os objetivos do plano, haveria, a nível federal, uma diminuição relativa dos investimentos em rodovias para ampliação nos outros setores. Assim, se antes o gasto com o sistema rodoviário representava mais de 50% dos gastos totais do Ministério de Viação e Obras Públicas, com o Trienal este seria, na média, 40%.

O setor de comunicação ficava a cargo do já mencionado Ministério de Viação e Obras Públicas, no entanto o plano tinha intenção de criar o Ministério das Comunicações, buscando, naturalmente, organizar melhor as atividades relacionadas com comunicações e torná-las mais rentáveis. Ainda, em questão de mudança institucional, previa-se a constituição de uma empresa pública, que ficaria encarregado dos serviços de correios e telégrafos, na época a cargo de departamento do Ministério de Viação e Obras Públicas. Para concretização desses objetivos seriam destinados Cr\$ 45 bilhões no total do triênio.

1.2.8 Educação

Na época, o número de matrículas vinha se expandindo em uma taxa maior do que a expansão populacional, porém a proporção de crianças nas escolas ainda se encontrava em níveis insatisfatórios. No ensino primário, eram educados 30% das crianças de faixa etária adequada, 600.000 em números absolutos, sendo que o objetivo do plano era de pelo menos triplicar este número. Desde os anos 50, a matrícula no segundo nível duplicou, ainda assim a porcentagem de alunos no nível médio era de 12%, ou 180 mil alunos, considerada, de maneira geral, insuficiente. O objetivo seria passar este número para 1 milhão, ou pelo menos 60%, quintuplicando a quantidade de alunos no ensino médio no Brasil. No ensino superior, o desejo também era de quintuplicar as vagas, com 100 mil matriculados passando para 540 mil.

Medidas objetivas para aperfeiçoamento do sistema educacional brasileiro incluem a regularização da matrícula por idade, com o nível primário começando aos 7

anos, mas havendo flexibilização e classes de recuperação para crianças de idade superior, a ampliação do número de docentes, a adoção do regime de trabalho em dedicação exclusiva no ensino superior, a adoção de incentivos para edição de livros-textos nacionais e para a manutenção dos periódicos técnico-científicos. Além da já mencionada reforma do Ministério da Educação e Cultura, para centralizar o planejamento e a execução da nova política educacional.

O plano previa ainda a formação de fundos com recursos da União, e fornecido aos estados e municípios como ajuda financeira para o desenvolvimento dos ensinos primário e médio. Tal ajuda seria distribuída de maneira que 30% do fundo fosse repartido de forma diretamente proporcional a população de 7 a 14 anos e 70%, inversamente proporcional a renda per capita do estado ou município. Uma lei ordinária da época estabelecia a aplicação de pelo menos 12% da receita tributária total da União no setor de educação, não obstante, o plano previa a elevação desta porcentagem para 15% em 1964 e 20% em 1965. Além disso, antecipava a elevação dos recursos federais destinados aos fundos de ensino primário e médio a 6% da renda tributária da união, em 1965, para igualá-los com as despesas em ensino superior.

1.2.9 Saúde

A saúde é uma das atividades usadas para mensurar o desenvolvimento social de uma nação, pois é consenso que os padrões de saúde de uma população dependem do seu nível econômico atingido, sendo estes expressos em termos de nível de renda média individual ou familiar. Assim, com os processos de industrialização e urbanização acelerada pelo qual passava a sociedade brasileira, desde pelo menos a década de 40, vieram acompanhadas, como é de praxe, as melhorias das condições de saúde, com aumento da renda per capita, se traduzindo na queda de mortalidade, e acréscimo da taxa de crescimento demográfico. Como tal, essa melhoria se deu primordialmente nas aglomerações urbanas, ficando a população rural a margem deste processo. No orçamento de 1963 estava previsto uma porcentagem de 7,3% do orçamento total com despesas de atividades médico-sanitárias, isso representava aumentar já em 1963 para Cr\$ 1.027,00 o gasto com saúde per capita.

A maior preocupação do governo do ponto de vista de políticas públicas de saúde era a predominância das doenças de massa, ou endemias. A abordagem principal seria

claramente a melhoria das condições de vida, mas de maneira mais específica o governo planejava se concentrar na nutrição, no saneamento básico (para ajudar a combater as doenças de veiculação hídrica), na habitação e na profilaxia.

As instalações médico sanitárias eram marcadas por um grande grau de ociosidade, se traduzindo em baixo rendimento dos recursos médico-assistenciais, com subutilização da rede instalada e falta de coordenação dos órgãos executores. Além disso, o sistema era marcado por falta de dados informativos, duplicidade de órgãos e serviços e falta de medição da rentabilidade dos órgãos. Para resolver isso, o plano propõe atualizar o Censo Hospitalar Brasileiro que faria o levantamento dos dados de quantidade e condições de hospitais e unidades sanitárias, números de leitos por unidade de saúde, e faria um levantamento de recursos e sua proveniência.

O Plano Trienal tinha como ideia descentralizar as funções da união no setor de saúde, passando parte delas aos municípios, tendo a preocupação de delimitar quais seriam as atribuições de cada esfera do poder público. Isso porque poderiam, as políticas de saúde, se adaptarem de forma mais eficiente às peculiaridades socioeconômicas de cada região. O plano previa, ainda, a participação de entidades privadas, que poderiam ser auxiliadas por meio de subvenções e auxílios, principalmente nas áreas de ação supletiva, não obstante, sempre em coordenação com o programa nacional de saúde.

O plano faz questão de notar que o programa de saúde pode e deveria ser um efetivo instrumento na política de desenvolvimento econômico, com o propósito de acelerar o crescimento da renda per capita e evitar o declínio da produtividade por causa de doenças, gerando prejuízos econômicos. Os objetivos gerais de maior prioridade do Ministério da Saúde incluíam: a expansão dos programas de assistencialismo, principalmente nas áreas com menos recursos e maior densidade demográfica; amparo as medidas de prevenção; adoção de relevância ao saneamento básico, com desejo de nos próximos 10 anos atender a 70% da população urbana e 50% dos aglomerados rurais; redução da taxa de mortalidade infantil através da Campanha de Proteção e Assistência à Maternidade e a Infância, que proveria melhoria da assistência pré-natal e do fornecimento de suplementos alimentares; e reestruturação do Ministério da Saúde para melhor planejar e executar o programa nacional de saúde.

1.3 Crise do final do governo Jango e resultados

Após o Trienal não atingir seus objetivos de estabilização, evidenciado pelo irrisório crescimento de 0,6% em 1963, quando o planejado foi de 7%, e a taxa de inflação subindo ao invés de declinar, aumentou mais ainda o clima de tensão e pressão sobre o governo. Diante disto, se tornou impraticável a manutenção da rigidez fiscal e se estabeleceu uma espiral inflacionaria. Ainda em maio de 1963, a fim de evitar uma maior deterioração dos déficits orçamentários e do balanço de pagamentos, o plano foi abandonado e o orçamento dali em diante já deixara de lado as metas fixadas por ele.

João Goulart vai abandonando medidas conciliatórias e busca se aproximar de sua base política original, dando prioridade às reformas de base. Isso incentiva o aumento da polarização e radicalização na sociedade brasileira, com aumento de manifestações por parte de setores conservadores e gradual isolamento político de Jango. O segundo semestre de 1963 foi caracterizado por muitas tensões, com greves de várias categorias e, inclusive, o envio por Goulart ao Congresso Nacional de um pedido de estado de sítio (decisão que voltaria atrás três dias depois). Essa tendência de agitação foi crescendo até culminar em abril de 1964 na instituição do golpe militar que depõe Goulart e nomeia Castello Branco como presidente.

2. CAPÍTULO - PAEG

2.1 Contexto Histórico e Econômico

Conforme mostrado no capítulo anterior (tabela 3), a economia brasileira, entre 1963 e 1964 estava em estado de estagnação e apresentando aumentos inflacionários, uma vez que o PIB havia apenas crescido 0,6% em 1963 e a inflação saltou de 51,6% para 79,92% entre 1963 e 1964. Assim, após o estabelecimento do regime militar em 1964, é formulado pela dupla Octavio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), estabelecendo quais políticas de estabilização e reformas institucionais seriam adotadas pelo governo para superar a crise.

O PAEG, assim como o Plano Trienal, também era composto por um programa de estabilização de curto prazo e um conjunto de reformas estruturais orientadas a aumentar as taxas de crescimento no médio e longo prazos (Bastian, 2013 p.141). Estas medidas de curto prazo tinham como meta principal o combate à inflação. Já as reformas estruturais tiveram como foco a estrutura tributária, a estrutura financeira e mercado de trabalho (Giambiagi, et al., 2011 p. 50).

Com relação a inflação, o então ministro, Roberto Campos avaliava que o problema se devia aos déficits do governo e a continua pressão salarial. Esse diagnóstico inspirou o PAEG a estabelecer as seguintes medidas (Giambiagi, et al., 2011 p. 51):

- Realizar um programa de ajuste fiscal visando contenção de despesas governamentais e aumento de receita via aumento de arrecadação tributária e de tarifas públicas;
- Realizar um orçamento monetário prevendo taxas decrescentes de expansão dos meios de pagamento;
- Estabelecer uma política de controle do crédito ao setor privado, limitando o crédito total às mesmas taxas de expansão definidas para os meios de pagamento;
- Criação de um mecanismo de correção salarial.

Estas medidas seriam realizadas de modo que metas de decrescimento gradualista da inflação fossem estabelecidas para o período de 1964-1966: 70% em 1964, 25% em 1965 e 10% em 1966, em paralelo a uma desejada taxa de crescimento de 6% para o PIB.

Já com a inflação sob controle, em uma segunda etapa, seriam implementadas políticas objetivando o crescimento e desenvolvimento econômico.

2.2 Reformas do PAEG

O objetivo deste capítulo, portanto, é resenhar as principais reformas institucionais propostas pelo Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966), o primeiro programa de planejamento econômico do regime militar. Para este fim, será analisada principalmente a publicação divulgada pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica.

Um dos principais intuítos do governo ao realizar as reformas institucionais era capacitar financiamento para o Estado, aumentar o volume de poupança na economia e incentivar o crescimento econômico. A princípio, as principais reformas a serem analisadas serão as reformas fiscal, tributária, monetária e bancária.

Das características dessas reformas que se encontram ainda hoje vigentes no Brasil será destacado: o sistema tributário elaborado, sendo este caracterizado por sua regressividade e centralização da arrecadação pela União; a criação do Programa de Integração Social (PIS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), como fundos compulsórios; e a criação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BACEN).

Além disso serão examinados o que o programa propunha com relação aos setores agrícola, de energia elétrica, petróleo, carvão, transporte e comunicações, indústria, recursos minerais. Não obstante, também serão estudados o que o PAEG tinha como meta para as áreas de educação e saúde.

2.2.1 Reforma Bancária

A reforma bancária proposta pelo PAEG tinha como objetivos, tornar o estabelecimento de um Banco Central mais próximo de ser realizado, e de atribuir uma maior autonomia às autoridades monetárias. Para alcançar o primeiro objetivo, se propunha fazer o Banco Central disciplinar a evolução da situação financeira geral da economia e fazer com que os outros bancos oficiais tivessem a função de distribuir os recursos disponíveis entre as regiões e atividades econômicas que necessitassem de crédito. Já no que se refere ao segundo objetivo, a proposta buscava a criação de uma autoridade monetária relativamente, mas não completamente, independente do governo federal, de modo que este último ainda tivesse o controle e coordenasse as políticas fiscais e monetárias. Assim, seria formado o Conselho Monetário Nacional.

O governo, também, pretendia dar ênfase à ampliação do mercado de capitais, estimulando empresas de sociedade anônimas abrirem capital. Como justificativa para isso, ele defendia que essa era uma maneira de democratizar o controle das empresas (ignorando que só quem participaria disso seriam os mais abastados) ao mesmo tempo em que era possível captar recursos para realizar investimentos que possibilitassem maiores retornos de escala. Além disso, o governo poderia permitir a absorção, pela iniciativa privada, de certas estatais que não realizassem atividades pioneiras ou reguladoras de custos ou preços, com os objetivos, de devolver recursos ao governo, garantir controle das empresas independentes de ingerências políticas priorizando sua sanidade financeira, e criar as condições que tornariam os títulos de ações dessas atraentes no mercado.

2.2.2 Reforma Fiscal

O sistema tributário brasileiro possuía algumas imperfeições que o tornavam ineficiente. Dentre estas, pode-se destacar as imperfeições de ordem fiscal, e as imperfeições de ordem funcional. As de ordem fiscal, eram devidos aos altos gastos do governo em relação a arrecadação, que por sua vez não os acompanhava. Já as de ordem funcional eram caracterizadas pela falta de estímulos, a falta de equidade na tributação para os diversos integrantes da sociedade e a ausência da consideração da influência da inflação na formulação do imposto. Além disso, havia o problema da persistente descoordenação dos impostos, tanto entre as diferentes esferas de poder, quanto nos seus diferentes tipos (renda, consumo, importação etc) e o da falta de uma preocupação com o efeito conjunto destes no sistema.

Os objetivos do PAEG com relação a reforma tributária eram, de arrecadar fundos para o governo, com a elevação da carga tributária, mitigar desigualdades sociais, e direcionar as atividades econômicas do país. Esta última seria realizada através da melhora na orientação de investimentos, por meio da diferenciação das taxas de incidência de impostos diretos e indiretos; e do estímulo a formação de poupança, através da alteração do imposto de consumo, de modo a desestimular o consumo de supérfluos, e da diferenciação entre lucros distribuídos e reinvestidos.

É interessante notar que o governo já havia aprovado uma reforma tributária parcial, concentrada na modificação do imposto de renda, que já contemplava parte destes objetivos. O propósito desta, como já mencionado, era obter mais recursos, e incentivar a formação de poupança da pessoa física, tirando da renda tributável quaisquer aplicações realizadas em determinados investimentos definidos pelo governo como de interesse econômico social. Outros objetivos eram inibir os efeitos da inflação, tanto no desestímulo ao apagamento atrasado de impostos como na atenuação da incidência da tributação sobre os lucros que o plano chamava de “ilusórios” (aqueles que cresciam em grande parte devido a inflação), e restaurar a importância da dívida pública, estabelecendo obrigações ajustáveis a inflação.

Outra proposta de reforma enviada ao congresso incluía medidas como, extinguir a isenção de imposto de renda para professores, autores, jornalistas e magistrados; aplicação de tributação a renda presumida da agricultura com base no valor das propriedades; reformulação das alíquotas de acordo com a sua essencialidade e ao mesmo tempo visando a coordenação entre os impostos de consumo e importação.

Não menos importante era a preocupação que o plano tinha com o processo de execução da arrecadação de impostos, visando aumentar a eficiência e combater a sonegação fiscal. Dois bons exemplos são, a liberação de pagamento através de bancos e o treinamento de pessoal especializado para fiscalizar e orientar os contribuintes.

2.2.3 Setor Agrícola

A expansão da economia brasileira após o período de guerra, apresentou um acentuado desequilíbrio entre as taxas de produção de alimentos e a de procura por estes.

Como a renda per capita estava aumentando, o consumo de carne também crescia, porém, a taxa de produção animal entre 1957 e 1961 era de 2%, enquanto a renda per capita aumentou 3,8% e a população 3,1% ao ano entre 1950 e 1960. Além disso, em termos reais, a participação do setor agrícola na formação do produto interno baixou de 28,2% para 23,8% no período entre 1947 e 1961, enquanto que o setor industrial se elevou de 19,4% para 31,6% no mesmo período.

A agricultura nacional era de baixa produtividade. O PAEG creditava tal efeito principalmente a existência de uma política de controle de inflação por intermédio do preço. Tal política fazia com que os investimentos não tivessem uma justa remuneração, ocasionando a existência de um baixo índice de investimento. Também, o plano ainda considerava que o insuficiente, porém existente, crescimento da agricultura, caracterizada em termos de realismo produtivo, se deu mais por força de um avanço de fronteiras agrícolas (onde foi incorporando ao setor 10 milhões de hectares entre 1950 e 1960), do que pela adoção de novas práticas de exploração em áreas tradicionalmente cultivadas. Já com relação as transações externas, o setor era marcado por incapacidade de diversificar exportações e substituir importações, tendo o PAEG justificado que isso seria em parte devido a política cambial que não refletia corretamente a alta dos custos monetários internos, e também as desfavoráveis condições de troca de bens de produção primária que o mercado mundial impôs.

O fator que dificultava a adoção de novas técnicas era a alta dispersão espacial das unidades produtivas. No caso do Brasil, problemas como a existência de minifúndios em certas áreas e latifúndios de baixo rendimento em outras, a utilização excessiva de mão de obra em detrimento de outros fatores como o uso novos equipamentos, e a ausência quase que total de escolaridade do empreendedor e trabalhadores rurais constituíam o obstáculo a ser vencido de modo se ter uma agricultura moderna e práticas conservacionistas.

Reconhecendo que a agricultura tem papel fundamental na economia por principalmente movimentar o mercado de exportações e fornecer alimentos e matérias primas, o plano na intenção de minimizar os problemas expostos além de outros como a existência de uma extrema disparidade na distribuição de terras, recorre a necessidade da realização de uma reforma agrária. Assim, sugere-se que o tipo de reforma que o país

deveria realizar não apenas consideraria a redistribuição em termos de imóveis rurais, mas teria de incorporar a esse processo, medidas como educação, aplicação de esquemas de tributação progressivas, organização cooperativa, melhoria do sistema de crédito rural e regulamentação das relações contratuais no campo. A Reforma Agrária do PAEG, definida como integrada, deveria ser gradualista (sem mudança brusca pela violência) e flexível em relação ao tamanho ótimo da propriedade rural. Além disso, esta deveria ser baseada no estímulo a propriedade privada, no direito aos frutos do trabalho por parte do trabalhador e no aumento da produtividade.

Além de uma reforma agrária, a ação governamental no setor agrícola define metas para a produção de alimentos, matérias-primas, aumento das exportações, substituição das importações, redistribuição geográfica das populações rurais e treinamento de mão de obra. Tendo em vista essas metas, o programa de governo para o setor inclui medidas com o objetivo de agir a curto prazo sobre a produção de alimentos, e a médio e longo prazo sobre: a) incentivos gerais a produção; b) preços mínimos; c) crédito agrícola; d) armazéns e silos; e) adubos, corretivos e sementes melhoradas; f) mecanização; pesquisa e aperfeiçoamento dos métodos de produção; h) outras medidas para aumento da produtividade; i) reflorestamento. Também, estavam previstas mudanças institucionais que incluíam reorganização de postos, estações e patrulhas motorizadas, assim como a transferência gradual de algumas operações para o âmbito das cooperativas.

O plano especifica para o ano de 1965 aplicações de Cr\$ 555 bilhões (a preços de junho de 1964) nas principais áreas de ação do programa englobando a reforma tributária. É dado também que no triênio 1964-1966 se teriam investimentos em equipamentos fixados em Cr\$ 412 bilhões.

2.2.4 Setor Industrial

Entre os anos de 1962 e 1963, devido à crise política, houve uma desaceleração da taxa de crescimento da indústria. Assim o objetivo do plano era aumentar a taxa de crescimento de modo a cumprir com a meta de 6% ao ano para o PIB. Para isso, planejava-se o aumento da taxa de poupança, com medidas já mencionadas pela reforma tributária, como incentivo a poupança pessoal, o reinvestimento do lucro, e a atenuação do tributo sobre lucros ilusórios.

O plano, também tinha como objetivo manter o alto nível de investimento nas indústrias e reduzir o seu desperdício de recursos. Este ainda fazia uma alerta sobre o fato de que devido a sua natureza ser desinflacionaria, durante sua execução haveria, a curto prazo, um perigo de redução dos níveis de produção e emprego em caso de insuficiência de capital de giro para as empresas. Para assegurar o crescimento dos níveis de produção, tinha-se como prerrogativas: expandir o acesso ao crédito para as empresas; incentivar a abertura de capital por parte das empresas e a exportação por parte da indústria (como a criação de fundo garantidos de capital de giro para estas empresas); realizar um plano habitacional de modo a incentivar as indústrias de construção civil e de material de construção; criar um fundo afim de financiar a compra e venda de maquinas e equipamentos produzidos nacionalmente. Os principais focos do programa eram ampliar as indústrias siderúrgica, de bens de capital, metalurgia, química, têxtil e materiais de construção. Com relação as Industria de transporte e de construção naval o plano afirma que estas já estiam consolidadas e, portanto, seriam capazes de atender ao crescimento que se tinha como previsto para demanda nacional.

Por fim, é interessante notar que o PAEG traz a ideia de que em alguns setores da indústria (siderurgia, máquinas e equipamentos pesados, construção naval, têxtil) havia a expectativa de exportação da produção.

O plano não tinha um valor exato de quanto deveria investir no setor industrial, mas tinha a estimativa de que fosse no mínimo necessários um valor entre Cr\$ 544,6 bilhões Cr\$ 725,9 bilhões, onde destes, 32% seriam em moeda estrangeira.

2.2.5 Recursos Naturais

O plano postulava que muitas das atividades relativas ao aproveitamento dos recursos naturais exigem grandes investimentos e paciência, uma vez o retorno financeiro não é imediato. Também, devido à grande extensão territorial e a sua diversificada geografia, estes investimentos ficam ainda maiores. Nesse âmbito, o maior desafio seria promover um mapeamento e avaliação dos recursos encontrados em território nacional. Não obstante, o PAEG esperava aplicar uma política que também contemplava: a realização de cursos de formação e capacitação do pessoal que faria a pesquisa e avaliação; o apoio por parte do governo a entidades e empresas privadas que investisse

nesse campo; e uma revisão da legislação relativa a exploração de recursos naturais. Além disso, governo manteria o foco em empresas estatais já existentes ao passo que apenas começaria novas no caso de a iniciativa privada não se interessar.

Ademais, a intenção era aumentar a produção nacional de minerais de modo a diminuir a quantidade importada, diversificar os minérios exportados e conquistar novos mercados de exportação. Como exemplo, pode-se destacar o programa de investimentos da Companhia Vale do Rio Doce para o minério de ferro, cujos investimentos amontariam a US\$ 87,3 milhões (40% em moeda estrangeira), de modo que após 1967 as exportações ficariam em 20 milhões de toneladas e a participação brasileira no comércio mundial subiria de 2,5 para 3,1%.

Outra iniciativa de destaque era a criação de cartas topográficas que além de fazer o levantamento das riquezas minerais serviria para ajudar no estudo de outros recursos naturais para a formulação de rodovias. Diferentemente do que se previa no Plano Trienal, onde o levantamento seria feito em todo território nacional, mas com escala variável de acordo com a significância de cada área para o desenvolvimento econômico e a segurança nacional, no PAEG, seria feita uma escolha das áreas a serem mapeadas de acordo com a perspectiva econômica dos minerais nelas existentes ou com suspeita de existirem.

Além dos recursos minerais, o PAEG menciona a importância de elaboração e fortalecimento de iniciativas nas áreas de recursos naturais renováveis, como, os hidrológicos, florestais, dos solos, das pastagens, e da caça e pesca. Dentro de alguns destes cabe destacar: a instalação de novos postos hidrometeorológicos com função de monitorar o volume de chuvas, nível e a vazão dos rios, entre outras; melhora do serviço de meteorologia visando prever os períodos de secas no Nordeste, o índice pluviométrico e temperatura para o sul do país; incentivar a plantação de florestas industriais para produção de celulose e madeira; realizar de pesquisas afim de buscar uma melhor forma de utilizar e ao mesmo tempo conservar os solos; organizar e regulamentar a atividade extrativa da fauna (caça); realizar levantamentos de como poder-se-ia melhor aproveitar e conservar a pesca, uma vez que essa carne era mais barata que a bovina e não havia oferta suficiente deste último para atender o total da população.

O montante necessário para os investimentos em recursos minerais, segundo o plano, deveria ser da ordem de Cr\$ 15 bilhões aplicados entre 1965 e 1970, com

substancial auxílio exterior. Já para os renováveis esperava-se o uso de Cr\$ 218 bilhões no triênio 1964-1966, onde 50% destes, seriam oriundos de recursos externos.

2.2.6 Infraestrutura

2.2.6.1 Energia Elétrica

A projeção de demanda de energia elétrica em 1970 (final do período amparado pelo PAEG) era de 12665 MW. Para supri-la, seriam necessários realizar obras nos setores de geração, transmissão e distribuição de modo a tornar possível a manipulação de 7118 MW de potência. O custo para realizar estas obras seria de Cr\$ 3732 bilhões (preço junho de 1964) onde, 26% destes, ou seja, Cr\$ 982 bilhões (a taxa de Cr\$ 1200/1USD) seriam em moeda estrangeira, 46,7% viriam de receitas tributárias vinculadas ao setor de energia elétrica, e 5% viria de reajustes tarifários dos serviços elétricos. Os recursos adicionais necessários, viriam de processos de capitalização compulsórios impostos aos consumidores, revisão dos tributos vinculados, recursos externos adicionais e orçamentários.

A proporção dos investimentos entre as regiões do país é dada da seguinte maneira:

Tabela IV - Proporção dos investimentos no setor Elétrico

Região	Porcentagem dos investimentos
Norte	1,56%
Nordeste	12,49%
Sudeste	43,71%
Sul	15,39%
Centro-Oeste	2,51%

Fonte: Elaboração própria com dados encontrados em (PAEG, 1964 p.158)

A política do governo em relação ao setor elétrico tinha como intenções prioritárias o fornecimento de justa remuneração para as empresas prestadoras de serviço de energia elétrica, o aumento da geração por hidroelétricas, o uso das reservas de carvão do sul do país como fonte suplementar de energia, a diminuição da participação do petróleo e a estimulação da padronização de equipamentos elétricos.

O PAEG menciona a não consideração da energia nuclear na matriz energética do país em larga escala.

2.2.6.2 Petróleo

A política do PAEG com relação ao petróleo consistia inteiramente na atuação da Petrobras, visto que era monopólio estatal. O programa que seria implementado pela empresa consistia em realizar investimentos nas seguintes áreas: exploração e produção, refinação e petroquímica, transportes e oleodutos e industrialização do xisto.

Na época, desejava-se que a Petrobras aumentasse sua capacidade de exploração de petróleo; para isso pretendia-se a melhoria da produtividade e ampliação dos campos existentes, além da instalação de novos. Com relação a refinação e petroquímica, como já foi observado no Plano Trienal, continuava no triênio 1964/1966 assegurada a virtual autossuficiência de produção de derivados do petróleo. Para continuar nesta condição, acompanhado o crescimento vegetativo da demanda, o plano previa a realização futura de expansões e instalações de novas unidades. O plano ainda previa ações nas áreas de transporte e terminais. No primeiro caso, procurar-se-ia realizar a gradual substituição da frota nacional de toneleiros por unidades de maior porte e mais modernas. Já no segundo caso, havia um entendimento que se necessitaria uma reorganização da capacidade de armazenamento e aparelhamento portuário.

No geral, as políticas a serem adotadas pela Petrobras, deveriam buscar a redução de despesas em moeda estrangeira com a importação de petróleo e derivados, adotar medidas para atrair capital privado e reorganizar a empresa de modo a torná-la mais eficiente.

Em 1964, já se acreditava que a Petrobras pudesse ser autossuficiente em relação a investimentos na área de petróleo, pois seus recursos financeiros próprios amontoavam Cr\$ 900 bilhões. Não contabilizando os recursos já comprometidos com pagamento de obrigações financeiras e uma reserva para capital de giro, restavam ainda em torno de Cr\$ 600 bilhões, os quais o governo considerava ser capaz de satisfazer as necessidades de investimentos em exploração, produção, refino, transporte, pesquisa, etc.

2.2.6.3 *Carvão*

As reservas conhecidas de carvão na época se encontravam principalmente na região sul. Sabia-se que existiam reservas nos estados do Amazonas, Piauí, Maranhão e Goiás, mas estas não haviam sido ainda inventariadas e o plano não considerava esta uma questão prioritária no momento.

No sentido de fortalecer a economia do carvão, planejava-se aumentar a participação do carvão nacional nas siderúrgicas, uma vez que, na época, estas o utilizavam na proporção máxima de 40%, sendo o resto composto de carvão importado. Outro uso do carvão era nas termoelétricas, por isso planejava-se aumentar o consumo de energia no sul do país de modo a demandar mais carvão por parte destas usinas. Por fim, haveria um incentivo à implantação de indústrias com finalidade de aproveitar os rejeitos do minério para produzir enxofre, ácido sulfúrico e fertilizantes.

A verba destinada a Comissão do Plano do Carvão Nacional (que era o encarregado da política do carvão) correspondia a 1,5% da receita federal. Assim, esperava-se a arrecadação de Cr\$ 85 bilhões no triênio 64/66. Não obstante, era prevista a possibilidade de empréstimos estrangeiros de até USD 100 milhões.

2.2.6.4 *Transporte e Comunicações*

O PAEG, que evidentemente objetivava uma maior eficiência para o sistema de transporte brasileiro, também considerava importante aproveitar a mudança que ocorreria nesse sistema para diminuir a inflação, tanto de custos, como de efeito de déficits operacionais. Este, ainda, visando contribuir para a saúde financeira das empresas de transportes, pretendia obter uma redução de custos para o setor além de realizar a transferência destes custos para os usuários.

Assim como o Plano Trienal já havia indicado, o PAEG também menciona que a proporção do setor rodoviário em relação aos outros vinha crescendo no país, sendo este fato não ideal do ponto de vista de planejamento nacional. Por outro lado, diferentemente do primeiro caso, o plano econômico do regime militar chega à conclusão de que tal fato se devia a preferência dos usuários. Desse modo, uma reorganização administrativa e o corte de subsídios, principalmente ao setor ferroviário era almejada pelo plano. Previam-se que, no geral, para os anos de 1965 e 1966 haveriam mais investimentos em relação

aos anos anteriores. Especificamente, o setor ferroviário teria o maior crescimento percentual; todavia, o setor rodoviário ainda contaria com a maior parcela dos investimentos, abrangendo este, mais de 50%. Para o setor ferroviário pode-se destacar as seguintes linhas de ação: Implantação de novas instalações apenas em caso de comprovada justificativa; concentração de investimentos em infraestrutura; saneamento de contas por meio de uma revisão tarifária e enxugamento de custos;

Cabe destacar ainda que o plano previa o estabelecimento de medidas trabalhistas em todos os setores, alteração do imposto único sobre os combustíveis e lubrificantes para financiar o custo de implantação e conservação de rodovias, e por fim, uma redução no número de linhas aéreas e de horários.

Para o setor de transportes estavam previstos a aplicação Cr\$ 1737 bilhões no triênio 1964-1966 a preços de junho de 1964.

Com relação ao setor de comunicações, não existia no PAEG a previsão da criação do ministério das comunicações, porém após sua vigência, o presidente Castello Branco o criou em 1967. Ademais, os investimentos para o setor seriam destinados a: instalação do sistema nacional de telecomunicações; expansão e melhoria dos serviços telegráficos, telex e postais; e expansão do serviço telefônico. No triênio 1964-1966, estes somariam Cr\$ 122,4 bilhões a preços de junho de 1964.

2.2.7 Educação

A fim de se alcançar 100% de escolarização para crianças entre 7 e 11 anos até 1970, o plano previa a necessidade da realização de novas 300.000 matrículas na área urbana e 3,3 milhões na área rural. Matrículas no ensino médio, aumentariam em 1,45 milhão, e no ensino superior este número ficaria em 180 mil. Previa-se que, assim, em 1970, o número de matrículas por 1000 habitantes seriam 150 no ensino primário, 30 no ensino médio e 3 no ensino superior, não obstante ainda ter-se-ia 20% da população total analfabeta (na época 19 milhões de pessoas).

No triênio 1964-1966, o governo federal planejava gastar no setor Cr\$ 495 bilhões, a preços de junho de 1964. É interessante notar que ainda existiria recursos proveniente de doações externas. No total seriam US\$ 5,13 milhões dos quais US\$ 1,13

milhão (Cr\$ 1,4 bilhões) viriam da fundação Ford a ser aplicada pela CAPES e US\$ 4 milhões (Cr\$ 4,8 bilhões) do banco interamericano de desenvolvimento.

2.2.8 Saúde

No PAEG, assim como no Plano Trienal, são reconhecidas as melhoras que ocorreram no setor de saúde nos centros urbanos nas últimas décadas, mas também se sabe que o mesmo não se verificou para o setor rural. O plano ainda entende que as doenças transmissíveis são o problema mais grave, sendo o seu combate, por meio da ampliação da rede de unidades locais de saúde, uma de suas prioridades.

Além disso planejava-se colocar unidades de serviços especializados em pontos estratégicos do território nacional, pois não acreditava ser possível prover isto para todas as localidades, visto que, em parte destas, sua população se encontrava bastante dispersa. Com isso, o plano parecia não dar uma solução imediata para as diferenças de níveis das condições de saúde entre as populações urbana e rural.

Vale a pena, também, mencionar que programa se preocupava com questões de provimento de água e saneamento para a população, como forma de prevenir doenças, objetivando até 1973 fornecer água para até 70% da população urbana e esgoto para até 30% da mesma. Além de que, planejava-se cooperar com as indústrias farmacêuticas para criar um entendimento sobre os preços dos seus produtos.

Os recursos para Saúde e saneamento no triênio 1964-1966, são mostrados na tabela abaixo (a preços de junho de 1964):

Tabela V – Recursos para saúde

Origem dos recursos	Valor em bilhões de Cr\$
Recursos Federais	424,6
Estados e Municípios	261,9
Recursos Privados	331,0
Recursos Externos	127,5
Total	1145,0

Fonte: Elaboração própria com dados encontrados em (PAEG, 1964 p.219)

2.3 Resultados

Embora no triênio 1964-1966 a atividade econômica tenha se recuperado de forma modesta (com um PIB médio de 4,16% ao ano) e as taxas de inflação, que embora descendentes, ainda estavam altas (média no período em 43,8%), o PAEG realizou diversas reformas institucionais que reestruturaram o setor público brasileiro e reorganizaram a relação do Estado com agentes privados. Inclusive diversas dessas reformas ainda estão presentes até o dia de hoje na estrutura econômica brasileira, como a reforma do sistema tributário e a criação do Banco Central.

Além disso, há certo consenso de que as políticas e reformas do PAEG criaram as condições para a retomada do crescimento da economia brasileira. Tais políticas e reformas, como a monetária e a fiscal, possibilitaram ao governo adquirir uma grande quantidade de recursos para o financiamento do Estado, e combinado com a força autoritária do regime e a capacidade ociosa herdada do governo JK, permitiram que o país entrasse, no governo seguinte, no chamado “*milagre econômico*”.

3. CAPÍTULO 3 - ANÁLISE

Após apresentada as resenhas das principais reformas institucionais propostas tanto pelo Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social quanto pelo PAEG, esta seção se destina a fazer uma breve análise comparativa entre estas. Assim, segundo a mesma sequência presente tanto no capítulo 1 quanto o 2, a seguir, são organizados em forma de tópicos todas as análises feitas neste trabalho. Ao final, ainda é apresentada um breve discurso resumindo os principais pontos que foram abordados no trabalho.

3.1 Reforma Bancária

Enquanto no PAEG não é mencionada a necessidade por mudanças estruturais em instituições financeiras do sistema bancário assim como elencadas pelo plano Trienal, estes dois planos tinham em comum o reconhecimento da necessidade do estabelecimento de um Banco Central, e da ampliação do mercado de capitais, onde que com relação a este último, o PAEG, era mais específico ao ter previsto que com tal medida seria possível a captação de recursos para realizar investimentos que possibilitassem maiores retornos de escala.

Pontualmente, vale destacar que, com a finalidade de instaurar normas gerais de política de crédito rural, o Plano Trienal, elenca a necessidade da criação de um Conselho Nacional de Crédito Rural enquanto que nenhuma iniciativa semelhante é indicada pelo PAEG. Também é digno de nota, que é previsto, apenas na reforma bancária do PAEG, a possibilidade de privatização de certas estatais que não realizassem atividades pioneiras ou reguladoras de custos ou preços.

3.2 Reforma Fiscal

Do ponto de vista de reforma tributária, tanto o Plano Trienal quanto o PAEG concordavam que seriam necessárias uma elevação da carga tributária, a realização de uma distribuição mais equitativa dos tributos e a utilização do tributo como instrumento de política de desenvolvimento econômico, onde este último poderia ser feito por meio de series de incentivos e desestímulos em determinadas aplicações e produtos (por

exemplo, com estímulo a formação de poupança e desestímulo ao consumo de supérfluos) de modo a orientar os investimentos. Não obstante, do ponto de vista de reforma orçamentária, apenas o Plano Trienal oferecia conteúdo; propondo este, normas legais relativas à elaboração, aprovação, execução e controle orçamentário com o objetivo de ter uma adequada aplicação dos recursos públicos.

É possível ainda perceber que diferentemente do Plano Trienal, o PAEG tinha preocupações com relação a sonegação fiscal, crescimento da inflação e dívida pública.

3.3 Setor Agrícola

Ambos os planos recorrem a necessidade de uma realização de reforma agrária, visando corrigir a então crescente diferença entre oferta e demanda de alimentos. O Plano Trienal buscava corrigir isso com a erradicação dos latifúndios e com o incentivo a utilização de técnicas de exploração intensiva ou semi-intensiva. Já o PAEG entendia que problemas como baixos níveis de investimento, existência de latifúndios de baixo rendimento, baixa escolaridade do empreendedor e trabalhadores, além de extrema disparidade na distribuição de terras deveriam ser solucionados para se obter sucesso.

Com relação ao mercado de exportações e substituição das importações, apenas o PAEG menciona medidas corretivas por meio da reforma agrária. Neste caso, esta reforma entendia também que medidas como aplicação de esquemas de tributação progressivas, melhoria do sistema de crédito rural e regulamentação das relações contratuais no campo seriam necessárias.

Por fim, do ponto de vista do trabalhador rural, ambas as reformas previam o direito aos frutos do trabalho, porém o Plano Trienal protegia mais essa classe por intermédio de implementação de medidas que evitariam a prática de grilagem, além da previsão de indenização e não necessidade de pagar renda sobre a terra em casos específicos.

3.4 Setor Industrial

Ambos os planos de economia para o governo, Trienal e o PAEG, entendiam como sendo necessária a busca pelo crescimento do setor industrial. Para tal, o plano Trienal previa investimentos da mesma ordem verificada durante o governo JK em conjunto com aumentos da formação de pessoal técnico especializado em todos os níveis, enquanto que o PAEG, além de altos investimentos, também via em medidas como o crescimento dos níveis de produção, a redução de desperdícios de recursos, o incentivo a poupança pessoal, o reinvestimento do lucro, e a atenuação do tributo sobre lucros ilusórios, um caminho para o triunfo. O foco dos dois programas coincidia na busca pela ampliação das indústrias siderúrgica, metalurgia, de bens de capital, e química ao passo que as indústrias têxteis e de materiais de construção são apenas mencionadas no PAEG e a indústria extrativa mineral (minério de ferro) é apenas mencionada no Trienal.

Tanto o Trienal quanto o PAEG, também, concordavam que deveria haver exportação de excedentes de produtos manufaturados. No entanto, o neste quesito, o Trienal era mais específico ao propor que seria necessária ajuda de políticas cambiais e de comércio exterior. Por fim, vale destacar que o Plano Trienal, ao contrário do PAEG, apostava na continuação do processo de substituição das importações.

3.5 Recursos Minerais

Com relação aos recursos naturais, o Plano Trienal assim como o PAEG, tinham em comum o reconhecimento da necessidade de se realizar o mapeamento, avaliação e estudo destes recursos no território nacional, havendo apenas uma diferença na estratégia adotada por estes planos; enquanto o Trienal queria realizá-lo em todo território nacional, com o uso escala variável de acordo com a significância de cada área para o desenvolvimento econômico e a segurança nacional, no PAEG, seria feita uma escolha das áreas a serem mapeadas de acordo com a perspectiva econômica dos minerais nelas existentes. A criação de cartas topográficas também era comum aos dois planos, pois, com esses documentos, seria possível realizar tanto o estudo como o levantamento das riquezas naturais, o qual dependiam grande parte da atividade econômica.

Outro ponto em comum entre os planos que merece destaque, era que ambos tinham a intensão de aumentar as exportações de minerais que já estavam sendo exportados, como por exemplo o ferro, e diminuir a quantidade que era importada daqueles cujo a produção nacional não atendia o mercado interno.

Finalmente são encontradas apenas no PAEG políticas visando: a realização de cursos de formação e capacitação do pessoal de pesquisa; apoio governamental a entidades e empresas privadas do ramo de mineração; revisão da legislação relativa a exploração de recursos naturais; e criação e fortalecimento de iniciativas nas áreas de recursos naturais renováveis. Em contrapartida, pode-se destacar como ponto singular do Plano Trienal a realização de pesquisas acerca dos recursos em águas subterrâneas no Nordeste de modo a usá-la futuramente para atender a região e conseqüentemente melhorar suas condições de vida e econômica.

3.6 Infraestrutura - Energia Elétrica

Considerando-se o grande período necessário para a maturidade dos investimentos no setor de energia elétrica, envolvendo aumento da capacidade geradora, interligação do sistema, melhorias e reformas das redes de transmissão e distribuição, etc, um ciclo de um projeto deste tipo não cabe em apenas três anos. Por isso, o foco serão os projetos que já se encontravam em fase final de elaboração, principalmente por instituições públicas, por possuir mais flexibilidade financeira, mas subsidiariamente por agentes privados.

O Plano Trienal deu seqüência à tendência de interligação das redes estaduais e interestaduais de geração e distribuição de energia já existentes no início da década de 1960: um no Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia) e outro na região Centro-Sul (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Goiás), além de vários sistemas menores espalhados pelos estados. A ampliação do sistema nordeste ficaria a cargo da SUDENE, CHESF, e outras entidades estaduais. O sistema centro-sul era controlado por empresas federais, estaduais e privadas. Havia ainda o objetivo da ampliação física da área de fornecimento de energia elétrica, bem como do aumento da geração para atender metas como o aumento do consumo total de 18.081 MWh (1961) para 28.740 MWh (1965); o aumento da população servida por

energia elétrica de 27,6 milhões para 35,5 milhões no mesmo período; e a passagem do planejamento do âmbito estadual para o nacional.

As fontes de recursos necessárias para financiar estes projetos seriam os recursos previstos no Orçamento Federal, o Fundo Federal de Eletrificação e o Imposto Único sobre Energia Elétrica, que apresentavam saldos ainda não vinculados no momento; recursos da SUDENE; e recursos do BNDE. Além disso previam-se de recursos de financiamentos a longo prazo juntos ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e à Agencia Internacional de Desenvolvimento (USAID). Seria possível diminuir a necessidade de importação de matérias primas nesse setor com o progressivo desenvolvimento das indústrias mecânicas e de material elétrico nacionais. Os recursos federais seriam de Cr\$ 237.507 milhões, e os estaduais de Cr\$ 88.360 milhões, totalizando Cr\$ 325.867 milhões. Os dispêndios previstos eram Cr\$ 333.000 milhões e USD 180.000 mil.

O PAEG almejava atender a projeção de demanda de energia elétrica estimada para 1970, de 12665 MW. Para isso, seriam necessários investimentos em geração, transmissão e distribuição. O custo para realizar estas obras seria de Cr\$ 3732 bilhões (preço junho de 1964) onde, 26% destes, ou seja, Cr\$ 982 bilhões (a taxa de Cr\$ 1200/1USD) seriam em moeda estrangeira; 46,7% viriam de receitas tributárias vinculadas ao setor de energia elétrica, e 5% viriam de reajustes tarifários dos serviços elétricos. Recursos adicionais viriam de processos de capitalização compulsórios impostos aos consumidores, revisão dos tributos vinculados, recursos externos adicionais e orçamentários.

A política do governo em relação ao setor elétrico tinha como intenções prioritárias o fornecimento de justa remuneração para as empresas prestadoras de serviço de energia elétrica, o aumento da geração por hidroelétricas, o uso das reservas de carvão do sul do país como fonte suplementar de energia, a diminuição da participação do petróleo e a estimulação da padronização de equipamentos elétricos. O PAEG menciona a não consideração da energia nuclear na matriz energética do país em larga escala.

Observa-se que em ambos os Planos, como já se disse, até pelo longo período de maturação dos projetos do setor, a ênfase no atendimento das necessidades de energia do país estavam focadas em ampliar e modernizar a atividade ligada a geração e distribuição

de energia produzida por hidrelétricas. O PAEG cita a contribuição suplementar de outras formas de produzir energia elétrica.

Chama a atenção a diferença de recursos alocados para o setor, em cada Plano, que parece bastante grande, mesmo considerada a diferença temporal entre a concepção de cada plano e a inflação na época (já que os valores informados são valores nominais de época): Cr\$ 325.867 milhões (Trienal) x Cr\$ 3732 bilhões (PAEG).

3.7 Infraestrutura - Petróleo

Observa-se uma convergência de objetivos muito grande entre o Plano Trienal e o PAEG no que se refere à necessidade de se incrementar a produção nacional de petróleo como forma de se garantir a energia necessária ao desenvolvimento econômico do país sem comprometer divisas em moeda estrangeira, uma vez que, no início da década de 1960, a Petrobras, detentora dos direitos exclusivos de exploração do petróleo em território nacional produzia cerca de um terço da demanda diária de petróleo bruto do Brasil.

Um outro consenso entre os dois planos era de que a busca por uma maior independência do petróleo estrangeiro deveria passar necessariamente pela Petrobras, uma vez que esta detinha o direito e o dever monopolista desta exploração.

O Plano Trienal planejava que esta meta poderia ser atingida através da melhoria nas técnicas de exploração e produção de petróleo, do aumento da capacidade e rentabilidade do transporte e refino de petróleo, e da instalação e ampliação de oleodutos e refinós.

O PAEG, além das ações já descritas para o Plano Trienal, previa ainda a gradual substituição da frota nacional de toneleiros por unidades maiores e mais modernas, acompanhada pela modernização da capacidade de armazenamento e aparelhamento portuário.

Para aumentar a produção nacional, o Plano Trienal previa investir Cr\$ 230,2 bilhões no total do triênio, dos quais aproximadamente 30% teria que ser efetuado em

moeda estrangeira. O governo também recomendava o reajustamento dos preços dos derivados de acordo com a inflação existentes de 1962 para 1963, a fim de não prejudicar a saúde financeira da Petrobras.

O PAEG, por sua vez, previa que a Petrobras utilizasse seus recursos financeiros líquidos da ordem de Cr\$ 600 bilhões, para realizar as tarefas do setor. Previa ainda que a empresa deveria adotar medidas para atrair capital privado e reorganizar a empresa de modo a torná-la mais eficiente.

3.8 Infraestrutura - Carvão

Tanto o Plano Trienal quanto o PAEG previam a manutenção da Comissão do Plano do Carvão Nacional como a responsável pela prospecção de novas jazidas, prospecção e transporte de carvão, bem como a geração de energia elétrica a partir deste bem mineral.

O PAEG previa aumentar a demanda por carvão através do incremento da participação do carvão nacional na siderurgia, substituindo a matéria prima predominantemente importada, e pelo incentivo ao uso da energia termoelétrica a carvão no sul do país, onde se concentravam as jazidas conhecidas. Paralelamente, previa a implantação de indústrias com a finalidade de aproveitar os rejeitos do minério na produção de enxofre, ácido sulfúrico e fertilizantes.

Para estas atividades, o Plano Trienal previa um investimento de Cr\$ 6,4 bilhões no triênio 1963-1965 em mineração e prospecção, enquanto que os demais (transporte e produção de energia) seriam contabilizados em seus respectivos setores.

Já o PAEG planejava a aplicação de cerca de Cr\$ 85 bilhões no triênio 64/66, o equivalente a 1,5% da receita federal, nesta atividade. Havia ainda a previsão de empréstimos estrangeiros da ordem de USD 100 milhões, o que torna o plano muito mais ousado neste item.

3.9 Infraestrutura - Transporte e comunicações

Um desafio importante a ser enfrentado no início dos anos 1960 pelo Brasil, era a adequação dos sistemas de transporte e comunicação às crescentes inovações tecnológicas que se impunham no setor, bem como às modificações pelas quais o país passava, com alterações em sua estrutura econômica, a distribuição geográfica dos aglomerados industriais e dos centros de consumo.

Era necessário repensar os modais de transporte, tornando mais eficiente a ligação dos centros produtores aos potenciais centro consumidores. Em especial, os setores marítimos e ferroviário se ressentiam de eficiência, apresentando seguidos déficits orçamentários.

Tanto o Plano Trienal, quanto o PAEG, cada um a seu jeito, buscou modernizar o setor, com visões bastantes distintas.

Embora, a partir da década de 1950, o sistema rodoviário tenha apresentado uma grande expansão, em comparação com os outros meios de transporte, inclusive devido a um aumento do investimento público em rodovias (com mais de 50% dos gastos do Ministério da Viação e Obras Públicas lhes sendo direcionadas) e pelos incentivos a expansão da indústria automobilística, o objetivo do Plano Trienal era que o sistema ferroviário servisse como principal meio de integração das áreas econômicas mais importantes do país, com as rodovias redistribuindo passageiros e cargas para as áreas menos dinâmicas do território. Em relação ao sistema hidroviário, seriam realizados investimentos nos portos buscando-se aumentar a produtividade portuária, para que não ficassem comprometidas a circulação de mercadorias no mercado interno nem no comércio exterior. Tanto para o sistema ferroviário quanto para o hidroviário, pretendia-se a atualização de suas tarifas de modo a torná-las mais realistas a fim de reverter a sua situação deficitária. Quanto ao setor aéreo, a cargo do Ministério da Aeronáutica (ao contrário dos anteriores que eram de responsabilidade do Ministério de Viação e Obras Públicas), era planejada a atualização da frota aérea de acordo com a grande revolução tecnológica que o setor vinha experimentando, com avanços que proporcionavam melhoria na operação dos aviões.

O PAEG, por sua vez, embora também aponte um crescimento exagerado, e inadequado do ponto de vista do planejamento, na proporção do setor rodoviário em relação aos outros meios de transporte no país, ao contrário do Plano Trienal, enxerga isso como uma demanda da sociedade. Desse modo, uma reorganização administrativa e o corte de subsídios, principalmente ao setor ferroviário era almejada pelo plano. Embora houvesse um crescimento em investimentos no setor ferroviário, a maior parte dos investimentos seguiria para o setor rodoviário (acima de 50%). Em relação às ferrovias, previa-se que a implantação de novas instalações ocorreria apenas em caso de comprovada justificativa, com a concentração de investimentos em infraestrutura, seria feito um saneamento de contas por meio de uma revisão tarifária e além do enxugamento de custos.

Os investimentos previstos para a execução das atividades prevista eram de Cr\$ 414,3 bilhões no triênio 1963-65, no Plano Trienal. No contexto deste plano previa-se ainda que estados e municípios aportassem outros Cr\$ 138,8 bilhões durante o período. Já no PAEG, para o setor de transportes, estavam previstos a aplicação Cr\$ 1737 bilhões no triênio 1964-1966 a preços de junho de 1964.

Os valores a serem investidos no PAEG seriam assim muito superiores àqueles apontados no Plano Trienal, com uma predominância de investimentos a serem feitos no setor rodoviário. No Trienal, o peso do investimento do setor rodoviário cairia, na média do triênio, dos 50% iniciais para aproximadamente 40%, com uma insistência no investimento em ferrovias e hidrovias, modais talvez mais adequados as dimensões continentais do país.

Em relação ao setor de comunicações, o Plano Trienal contemplava criar o Ministério das Comunicações, excluindo o setor do Ministério de Viação e Obras Públicas, buscando organizar melhor as atividades relacionadas e torná-las mais rentáveis. Previa-se ainda a criação de uma empresa pública, a ser encarregada especificamente dos serviços de correios e telégrafos. Para concretização desses objetivos seriam destinados Cr\$ 45 bilhões no total do triênio (valores de época).

O PAEG, embora destinando mais recursos financeiros ao setor, não previa a criação de um ministério das comunicações. Os investimentos para o setor seriam destinados a: instalação do sistema nacional de telecomunicações; expansão e melhoria

dos serviços telegráficos, telex e postais; e expansão do serviço telefônico. No triênio 1964-1966, estes somariam Cr\$ 122,4 bilhões a preços de junho de 1964.

3.10 Educação

Os números perseguidos pelos dois planos no que diz respeito a escolarização para crianças nas idades adequadas para educação, não são muito diferentes. Ambos apontam pra metas de cerca de 90 a 100% de escolarização para a faixa etária de 7 a 11 anos. Os números diferem na ambição de contingentes treinados até o ensino médio, com metas mais desafiadoras para o PAEG (1,45 milhão x 1 milhão), e no nível superior, onde os objetivos do Plano Trienal são mais ousados (540 mil contra 180 mil).

As diferenças crescem no tocante ao financiamento para estes investimentos. O Plano Trienal previa garantir uma fatia crescente do percentual da receita tributária para investimento em educação nos três níveis (primário, médio e superior), com a meta de equiparar os gastos entre estes três níveis ao final de 1965.

O Plano previa ainda a formação de um fundo com recursos da União, a serem repassados a estados e município para desenvolvimento do ensino primário e médio, de acordo com a população e com a renda per capita de cada estado ou município, com os mais carentes recebendo mais recursos.

O PAEG, por sua vez, além dos recursos advindos da receita tributária, contaria ainda com recursos de origem externa ao país, como os provenientes da Fundação Ford e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Ainda que os valores apontados pelo PAEG para a área fossem vultuosos, o comprometimento de percentuais crescentes da receita do governo na educação, previsto pelo Plano Trienal, prometia a garantia de recursos para investimento permanente em educação.

3.11 Saúde

Há uma semelhança muito grande de objetivos entre os dois planos. Ambos encaram o provimento de melhores condições sanitárias e o combate às endemias como um fator de desenvolvimento econômico, através do aumento da produtividade, diminuição de ocorrência de afastamento do trabalho por doenças, etc.

No entanto, a forma de ataque do problema do Plano Trienal focava nas melhorias das condições sanitárias (saneamento básico), atacar a questão da nutrição, da habitação, agindo assim, na profilaxia de doenças. O desejo era atender, em 10 anos, 70% da população urbana e 50% da população rural com condições sanitárias adequadas.

Os recursos previstos pelo Plano Trienal para despesas médico-sanitárias equivaleriam a 7,3% do orçamento do governo, o que significaria, ao final de 1963, a um investimento per capita da ordem de Cr\$ 1.027,00 (valores de época). Considerando-se uma população na ordem de 80 milhões de pessoas, isso significaria investimentos da ordem de 80 bilhões de cruzeiros.

Havia ainda uma preocupação na melhor utilização dos equipamentos médico-hospitalares, de forma a reduzir a ociosidade destes equipamentos e evitar a redundância de esforços entre as diversas esferas da sociedade. A solução preconizada passava pela realização de um censo hospitalar, para se conhecer o tamanho da rede e sua distribuição, e pela municipalização de alguns serviços. Essa municipalização, com o estabelecimento de limites de atuação de cada esfera de governo permitiria que fosse buscada uma solução adequada a cada realidade socioeconômica do país, ao mesmo tempo que permitiria uma coordenação nacional dos esforços.

O PAEG também almejava melhorar as condições sanitárias da população como forma de combater doenças. A ideia era, até 1973, contemplar 70% da população urbana com água limpo e tratar 30% do esgoto desta população.

No entanto sua prioridade era a ampliação da rede de unidades locais de saúde e o estabelecimento regionalizado de serviços especializados como forma de tratar a questão da doença. Esse esforço previa ainda o envolvimento da indústria farmacêutica no sentido de baratear os medicamentos.

Parece, assim, que enquanto o Plano Trienal tentava tratar as causas que impediam uma melhora na saúde, e, conseqüentemente, na produtividade da população, o PAEG, embora previsse investimentos em saneamento básico também, focava no atendimento às conseqüências, ou seja, na recuperação da capacidade laborativa da população.

3.12 Resultados

Uma tabela comparativa contendo os principais pontos das reformas institucionais elencadas pelo Plano Trienal, bem como pelo PAEG é mostrada abaixo.

Tabela VI - Reformas Institucionais: Trienal vs PAEG

	Plano Trienal	PAEG
Reforma Bancária	1-Mudanças Institucionais em instituições financeiras; 2-Estabelecimento de um Banco Central; 3-Criação de Conselho nacional de Crédito Rural	1-Mudanças Institucionais em instituições financeiras; 2-Estabelecimento de um Banco Central; 3-Privatização de estatais.
Reforma Fiscal	1-Elvação da carga tributária; 2-Distribuição equitativa de tributos; 3-Tributo visando desenvolvimento econômico; 4-Reforma Orçamentária.	1-Elvação da carga tributária; 2-Distribuição equitativa de tributos; 3-Tributo visando desenvolvimento econômico; 4-Preocupação com sonegação fiscal, crescimento de inflação e dívida pública.
Setor Agrícola	1-Necessidade de Reforma agrária; 2-Proteção ao trabalhador rural.	1-Necessidade de Reforma agrária; 2-Medidas corretivas para mercado de exportações e substituição das importações.
Setor Industrial	1-Ampliação das indústrias siderúrgicas, metalúrgica, de bens de capital e química; 2-Ampliação da indústria extrativa mineral;	1-Ampliação das indústrias siderúrgicas, metalúrgica, de bens de capital e química; 2-Ampliação da indústria têxtil e de material de construção;

	3- Exportação de excedentes de manufaturados; 4- Substituição das importações.	3- Exportação de excedentes de manufaturados;
Recursos Minerais	1- Criação de Cartas topográficas e Realização mapeamentos, avaliação e estudo de recursos minerais em todo território nacional; 2-Aumentar exportações e diminuir importações;	1- Criação de Cartas topográficas e Realização de mapeamentos, avaliação e estudo de recursos minerais de algumas áreas; 2-Aumentar exportações e diminuir importações; 3-Capacitação de pessoal, apoio a entidades e empresas privadas; 4-Revisão de legislação e apoio a iniciativas na área de recursos renováveis.
Energia Elétrica	1-Ampliar e modernizar atividades ligas a geração e transmissão de energia hidroelétrica;	1-Ampliar e modernizar atividades ligas a geração e transmissão de energia hidroelétrica; 2-Contribuição suplementar de outras fontes de energia que não a hidroelétrica.
Petróleo	1- Incrementar a produção nacional de petróleo.	1- Incrementar a produção nacional de petróleo;
Carvão	1- Manutenção da Comissão do Plano do Carvão Nacional.	1- Manutenção da Comissão do Plano do Carvão Nacional. 2- Aumentar a demanda por carvão.
Transporte	1- Revisão tarifária;	1- Reorganização administrativa e corte de subsídios; 2- Revisão tarifária e enxugamento de custos.
Comunicações	1- Criar Ministério das Comunicações; 2-Criar empresa pública de serviços de correios e Telégrafos;	1- Instalação do sistema nacional de telecomunicações; 2- Expansão e melhoria dos serviços telegráficos, telex, postais e telefônicos;
Educação	1-Finaciamento proveniente de parcela de receita tributária.	1-Finaciamento proveniente de parcela de receita tributária e externa.

Saúde	1-Tratar causas impeditivas a melhora do sistema de saúde.	2-Atendimento as consequências.
-------	--	---------------------------------

Conforme pode ser observado, existem muitas semelhanças entre as medidas estruturais propostas tanto pelo PAEG quanto pelo Plano Trienal. Tais semelhanças se evidenciam principalmente com relação as reformas nos setores bancários, fiscais, industriais e de recursos minerais. Apesar disso, também é possível observar que estes planos tinham pretensões diferentes com relação a setores de saúde e comunicações. Outros setores como o de energia elétrica, carvão, transporte e educação são mais detalhados pelo PAEG, enquanto que o de Petróleo não é muito detalhando em ambos.

4. CONCLUSÃO

Este trabalho buscou realizar uma comparação entre as reformas previstas pelo Plano Trienal e pelo PAEG. Ao se comparar os resultados obtidos pelo PAEG com aqueles que poderiam vir a ser obtidos com a implantação integral do Plano Trienal, devemos ter em mente que este último teve sua implantação abortada devido à conjuntura política da época, e, em grande medida, ao próprio fato de que as medidas propostas por este plano falharam em melhorar o cenário econômico.

Mesmo com essas considerações, é fato que, no âmbito de política de estabilizações de curto prazo, ambos os planos falharam em entregar o controle inflacionário e o crescimento econômico imaginado por seus respectivos criadores.

Por outro lado, se o PAEG não conseguiu instaurar um cenário de crescimento econômico e controle inflacionário condizentes com as metas estabelecidas, é fato que no bojo do plano foram realizadas reformas que viriam a influenciar o cenário econômico brasileiro por várias décadas, com reflexos nos dias atuais, como a criação do Banco Central e a reestruturação do sistema tributário nacional.

Estas reformas viriam a ajudar a criar as condições para a retomada do crescimento econômico brasileiro da década de 1970 conhecido como “milagre econômico”. Bem verdade que, para se alcançar este resultado, contribuíram ainda a capacidade ociosa herdada do governo Kubitscheck e da autonomia de decisões próprias do regime autoritário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIAN, E. F. *O PAEG e o Plano Trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo*. Estudos Econômicos, vol. 43, nº 1, São Paulo, janeiro-março 2013.

HERMANN, J. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964-73). In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L.B.; HERMANN, J.(org.). *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

MELO, H.; BASTOS, C.P.; ARAÚJO, V.L. *A Política Macroeconômica e o Reformismo Social: impasses de um governo sitiado*. In: FERREIRA, Maria de Moraes (coor.). *João Goulart: entre a História e memória*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966. Documentos EPEA – no 1, Rio de Janeiro, 1964.

PLANO TRIENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL 1963-65. In: *O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento*, Centro Celso Furtado, Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

RESENDE, A. L. A Política Brasileira de Estabilização 1963/68. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 12, nº 3, 1982.

RESENDE, A. L. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, M. P. (org). *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

SOCHACZEWSKI, A. C. *Desenvolvimento Econômico e Financeiro do Brasil: 1952-1968*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1983.

VILLELA, A. Dos “Anos Dourados” de JK à Crise Não Resolvida (1956-1963). In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L.B.; HERMANN, J.(org.). *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.